

A política de pós-graduação no Brasil - seus reflexos na universidade, na sociedade e os desafios para o Serviço Social

The post graduation policy in Brazil - its reflexes in university, society and the challenges for Social Work

Elisabeth ORLETTI*

Resumo: Pesquisa de caráter bibliográfico, realizada em 2008, sobre o IV Plano Nacional de Pós-Graduação 2005 a 2010 (IV PNPG) com o objetivo de entender melhor a reestruturação do sistema de pós-graduação no Brasil. Os resultados mostram que tanto a Reforma Universitária em curso quanto a reestruturação na pós-graduação contribuem para fortalecer, ainda mais, a coesão social nos países de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. As mudanças que vêm sendo implementadas, reestruturando o ensino superior como um todo, fazem com que a universidade *cresça para menos*, ao buscar atrofiá-la e subordiná-la às demandas imediatas do setor produtivo, estimulando um produtivismo acadêmico exacerbado, na maioria das vezes, sem a qualidade e o rigor teórico que a produção acadêmica requer. Este processo implica uma ruptura do financiamento do setor público, produzindo mudanças na pós-graduação, modificando o *ethos* acadêmico e destruindo princípios caros à universidade pública brasileira. A pós-graduação deve ter como objetivo a produção de conhecimento novo, desvendando os aspectos da realidade. Os cursos de pós-graduação – dentre eles, os de Serviço Social – devem ser o lugar privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Palavras-chave: Pós-graduação. Capitalismo dependente. Privatização. Serviço Social.

Abstract: Bibliographic research, produced on 2008, on the IV PNPG (National Plan for Post Graduation 2005-2010 (IV PNPG) to better understand the consequent changes in Brazilian Post Graduation System. According the results both the university reform ongoing and the Post Graduation System restructuring contribute to fortify even more the moorings put on the countries with a low developed capitalism, as is the case of Brazil. The changes that have been implemented make the whole university system to recede, to seek her atrophy, subjecting the universities to immediate demands of the productive sector. It results in an academic productivism without the proper quality and the technical accuracy that it demands. The Post Graduation System must have as an objective the production of new knowledge, must be the privileged place of development of scientific research.

Keywords: Post graduate. Dependent capitalism. Privatization. Social Service

Recebido em 22.04.2010. Reformulado em 03.05.2010. Aprovação final em 09.05.2010.

* Assistente Social. Doutora pelo Programa de Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: e.orletti@uol.com.br.

Introdução

As mudanças que vêm sendo implementadas no sistema de pós-graduação no Brasil, reestruturando o Ensino superior como um todo, vêm fazendo com que a universidade *crezca para menos*, ao atrofiá-la e subordiná-la às demandas imediatas do setor produtivo. Essas políticas educacionais mercantilistas, que interferem diretamente na forma de inserção do Brasil no capitalismo mundial, priorizam uma perspectiva mercadológica na política de Ciência e Tecnologia, tendo como eixo central a inovação tecnológica atendendo mais às demandas do mercado que às necessidades da sociedade brasileira.

Este cenário retrógrado, e também conservador, vem destruindo por dentro a universidade pública brasileira, interferindo no avanço significativo dos programas de pós-graduação, que tentam trabalhar de forma autônoma para contribuir no avanço de pesquisas científicas que melhorem a vida da população e não para *nichos* do mercado internacional.

Os cursos de pós-graduação em Serviço Social, ao buscarem formas de interpretar e intervir na *questão social* (que, por sua vez, vem sendo reformulada e agudizada com a dominância da esfera financeira no capitalismo atual), objetivam construir junto a outros atores uma luta de resistência a essa contra-reforma da educação superior. Questões políticas, econômicas

e ideológicas vêm tentando redefinir os rumos da pós-graduação no Brasil, então marcado pela reforma do Estado neoliberal, atendendo a interesses de organismos internacionais, bem como do setor produtivo, colocando em risco o que vinha se desenvolvendo, até então, para o ensino superior.

Os rumos da pós-graduação: o início da reestruturação

As mudanças no sistema educacional brasileiro com a influência da financeirização da economia perpassam a sociedade como um todo, desestruturando e desqualificando a formação profissional dos técnicos e pesquisadores. Reflexos perversos interferem profundamente na universidade pública brasileira e no ensino da pós-graduação, o qual vem sendo redesenhado após a aprovação do IV PNPG (2005 a 2010) e por meio de novas diretrizes curriculares implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), desde os governos de Fernando Henrique Cardoso com continuidade nos governos de Luis Inácio Lula da Silva.

Essas transformações, propostas para a pós-graduação, vêm ideologicamente impregnadas pelos pressupostos neoliberais com um culto aberto ao individualismo, ao produtivismo e a um consumismo desregrado. Toda atenção é necessária quanto à especificidade deste momento histórico, pois tal processo desencadeará um debate fundamental na fronteira, atualmente obscura, entre natureza, educação e sociedade.

E nem por um momento devemos nos render à idéia de *fim da história*, perden-

do de vista a historicidade da existência humana, não se deixando iludir pela idéia de que o fim das utopias do progresso humano possa significar que a história acabou, porque esta nova conjuntura é também um momento histórico, construído pelo homem e podendo ser modificado por ele. Esse contexto exige uma vigilante atenção, uma análise detida e um crítico posicionamento dos educadores, que devem ter um compromisso com a construção de uma sociedade igualitária, onde a universidade possa ter um papel social, político e econômico de destaque.

Delineia-se um mercado de trabalho altamente competitivo, com a mundialização da economia: há exigência de um ensino superior com capacidade inovadora, com criatividade e riqueza que somente a pesquisa é capaz de fomentar. Esses desafios estão postos de forma singular aos cursos de pós-graduação, que, por seus aspectos, só se justificam se contribuírem para a criação sistemática do conhecimento novo, seja ele teórico ou empírico.

A pós-graduação tem por objetivo o desenvolvimento de pesquisa responsável pela criação do conhecimento novo, buscando o desenvolvimento dos instrumentos do próprio conhecimento e desvendando os aspectos da realidade. Por isso, os cursos de pós-graduação (dentre eles, os de Serviço Social), devem ser o lugar privilegiado da realização e desenvolvimento da pesquisa científica. Sendo assim, faz-se necessário entender que a finalidade central da pós-graduação é a formação de pesquisadores, tanto para capacitar o corpo docente das universidades quanto para qualificar profissio-

nais-pesquisadores em busca de saídas para os problemas sociais – objetivo este maior que o de simplesmente atender às demandas do capital.

Muita repercussão a respeito dessa nova flexibilidade para a pós-graduação em nível de mestrado tem vindo à tona mediante jornais e outros meios de comunicação. Ademais, nestes últimos anos, essa questão tem sido alvo de discussão dentro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), com respaldo da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A CAPES elaborou uma clara distinção entre cursos de especialização (destinados a treinamento, formação de atitudes e habilidades, sem abranger o campo total de saber em que se insere a especialidade) e cursos de mestrado, que podem também implicar especialização e operar no setor técnico-profissional, mas sempre no contexto de uma área completa de conhecimento, ou dando ampla fundamentação à aplicação de uma técnica ou ao exercício de uma profissão. Identificam-se aqui dois tipos de mestrado, diferenciados por seus objetivos centrais. Um tem como objetivo estudos avançados em uma disciplina específica; outro visa à aplicação e extensão de conhecimentos a finalidades profissionais ou vocacionais.

O desenvolvimento da pós-graduação no Brasil deu origem a cursos de mestrado que, com raras exceções, se caracterizam predominantemente como o primeiro degrau para a qualificação acadêmico-científica necessária à carreira universitária. Segundo a CAPES, nos documentos da década de 1990, a justificativa para

essa ênfase acadêmica, com a exclusão da vertente profissional, era a de que a mesma seria suficiente para assegurar também a formação de pessoal de alta qualificação para atuar nas áreas profissionais, nos institutos tecnológicos e nos laboratórios industriais. Agora, segundo os mentores do IV PNPG, essa situação, dominante, não se mantém diante da intensidade, urgência e variedade das demandas que a sociedade hoje faz ao sistema universitário, e buscam legitimar a existência de dois tipos de mestrado: o acadêmico e o profissional. Neste documento é expressa também a redução do tempo para os cursos.

No IV PNPG há um destaque para que sejam oferecidos cursos de mestrados profissionais como um item positivo na avaliação dos programas de pós-graduação: “A interação da pós-graduação com o setor empresarial, para a especialização de funcionários de empresas através de cursos de Mestrado, deverá ser valorizada, uma vez que indica uma inserção maior do Programa na sociedade” (BRASIL, 2004, p. 64). Há muito tempo, a CAPES vem pressionado essa mudança no mestrado com uma formação mais aligeirada e voltada para o mercado, que perfeitamente deveria ser ministrado na pós-graduação *lato sensu*, mantendo-se a qualidade e os objetivos do mestrado por meio de uma formação mais densa e com a necessidade de elaboração e defesa de uma dissertação. Outra possibilidade é o ensino a distância, também para os níveis de mestrado e doutorado.

Tais mudanças reforçam o modelo estadunidense que vai se espalhando no mundo por meio, por exemplo, do Acor-

do de Bolonha, que prevê a homogeneização de duração dos cursos em todos os países europeus (graduação em três anos, mestrado em dois e doutorado em três), seguindo os interesses de empresas educacionais, da perspectiva de facilidade na transação da nova mercadoria: a educação, em especial da pós-graduação.

Nesse contexto, há o interesse crescente de diversos grupos, principalmente empresariais, da área de comunicação, de informática, de serviços e de educação com fins lucrativos, públicos e privados, em explorar a educação como uma mercadoria. Esses grupos vêm pressionando pela regulamentação da educação no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), via Acordo Geral sobre o Comércio em Serviços (AGCS), cujo objetivo é quebrar o que consideram *barreiras* ou *empecilhos* – normas e regulamentações existentes em vários países, acerca da duração dos cursos, qualificação, remuneração e regime de trabalho do corpo docente, exigências acadêmicas para titulação, dentre outras. Os países periféricos dos grandes centros decisórios mundiais, onde hoje se encontra a maior parte da população com menor nível de escolaridade, certamente são os alvos privilegiados na busca por novos mercados, em face de suas potencialidades de expansão.

Muitos intelectuais vêm discordando dessa regulamentação proposta pela CAPES, da modalidade de Mestrado Profissional, por analisarem que representa um grande equívoco da política nacional de pós-graduação e trará consequências pesadas para o futuro desse nível de ensino.

Severino (2002), Frigotto (2005), Oliveira (2003), entre outros, ressaltam que, apesar de todas as cautelas tomadas pela CAPES, não haverá como evitar seu impacto negativo na característica básica da pós-graduação *stricto sensu*, qual seja a pesquisa. Nossa preocupação central é a da legitimação desses cursos sem qualidade e consistência, com duração muito curta e sem preocupação com a pesquisa científica. Então, além de nos depararmos com os cursos pseudo-MBAs, têm-se agora os pseudo-mestrados, com tanta flexibilidade nos currículos e objetivos dos denominados mestrados profissionais, sem nenhuma formação e fundamento em pesquisa.

Com o surgimento dos Mestrados Profissionais com pouca exigência no desenvolvimento de pesquisa, vamos priorizar a capacitação de técnicos que venham atender à necessidade imediata do mercado e que possam ficar subordinados a esse mercado, sem visualizar novos caminhos que a investigação científica ilumina. Somente através da pesquisa científica é que se tem a possibilidade de visualizar tendências que o presente imediato obscurece. A propósito, vale observar o que Oliveira (2003) pontua em relação ao papel da formação teórica: “O único modo de caminhar na densa opacidade sem correr riscos ou se perder na bruma é por meio da teoria”.

O problema mais grave encontra-se na desfiguração do próprio sentido que o mestrado vinha adquirindo nesses últimos anos. Carente de uma tradição de pesquisa, o Brasil vinha encontrando nos cursos de mestrados acadêmicos um espaço privilegiado para a formação mais sistemática de pesquisadores. Não seria

preciso inventar um novo sistema para acolher o mestrado profissional. O grau de mestre pode abrigar a etapa preliminar ao doutorado e a terminalidade de uma formação profissional, caracterizando em ambos os casos um mesmo nível de estudos pós-graduados, adjetivado tão somente pela área de graduação correspondente ou por designação específica.

Para a CAPES, essa identidade de nomenclatura, necessária para fins formais de titulação, não impedirá que na prática se venha a usar designações como mestrado profissional e mestrado disciplinar ou acadêmico. É importante salientar que, para a CAPES, trata-se efetivamente de ativar um grau de liberdade que estava latente no sistema.

Entendendo melhor o IV PNPG

Entremos agora na análise do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010), do governo de Luis Inácio Lula da Silva. De saída, temos “[...] o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da sociedade brasileira [...]”. Esse Plano tem como um dos seus objetivos fundamentais a expansão do sistema de pós-graduação que leve a um expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia, assim como do setor empresarial (PNPG, 2005-2010, p.17).

Esse discurso, porém, não se sustenta nas ações prioritizadas no decorrer do plano, que, tal qual a reforma da educação su-

perior, superenfatiza a dimensão do ensino em detrimento da pesquisa. De outra maneira, tal discurso rompe com o tripé ensino, pesquisa e extensão na graduação, aligeira os cursos sem pesquisa inovadora na pós-graduação, priorizando atender de forma imediata e circunstancial às necessidades do mercado de trabalho.

As palavras utilizadas no documento do IV PNPG têm seu significado e referencial teórico. O que se depreende delas, entretanto, é que a formação do cidadão crítico, consciente e criativo é reduzida à expressão *formação de recursos humanos* ou, como referido mais adiante, *formação de quadros* que devem contribuir para um suposto processo de *modernização do país*.

Decerto, configura-se uma formação supostamente utilitária, imediatista, que caminha em direção oposta a uma perspectiva de desenvolvimento de um pensamento autônomo, crítico e criativo. Neste documento, reitera-se claramente essa perspectiva reducionista e utilitarista sobre a pós-graduação ao aligeirar a formação acadêmica e desprezar a pesquisa básica, priorizando pesquisas na área de inovação tecnológica e incentivando uma aproximação da universidade com setor produtivo e, de certa forma, privatizando por dentro as instituições públicas.

A ênfase do texto do PNPG à educação a distância, na formação em serviço, no mestrado profissional, tem se distanciando das demandas para uma formação em nível de uma pós-graduação *stricto sensu*, visando uma melhor formação intelectual, cultural, acadêmico-científica de docentes, a fim de atuar em todos os níveis

de ensino e na sociedade, mas distorcendo o sentido de qualidade e qualificação.

Outro ponto delicado do referido documento, por hora analisado, é quanto ao sistema de avaliação que vem sendo implementado na graduação e na pós-graduação, o qual é marcado pelo produtivismo, além de já ser denominado de *capitalismo acadêmico* por vários pesquisadores. Ademais, cabe um alerta: a própria comunidade acadêmica das IFES públicas, em boa medida, vem sendo encurralada nesta lógica produtivista. Temos que analisar criticamente esses critérios para avaliação tanto da graduação, através do projeto Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como também dos critérios priorizados hoje, para avaliação dos cursos de pós-graduação, que priorizam a lógica produtivista e privatista, não priorizando a qualidade acadêmica e não dando suporte teórico e empírico para que os alunos tornem-se pesquisadores inovadores de fato.

Todas essas mudanças afetam sobremaneira a lógica acadêmica e a perspectiva do conhecimento como bem público, constituindo-se em um grande avanço da lógica comercial, da privatização, do aligeiramento, da mercantilização, com o aval e incentivo do governo Lula. De outra parte, acabam por descaracterizar a pesquisa científica, uma vez que esta tem um tempo próprio e necessário para ser desenvolvida com qualidade – reestruturando o *ethos* acadêmico de forma significativa, fortalecendo a heteronomia cultural no ensino superior.

A expansão da pós-graduação e sua privatização

Os dados da pós-graduação brasileira, segundo o IV PNPG, indicam que todas as áreas do conhecimento apresentaram crescimento expressivo ao longo dos anos, com algumas oscilações, e que a tendência vem sendo nitidamente positiva. Entre 1976 e 2004, o número de cursos recomendados pela CAPES saltou de 673 para 2.993, o que representa um aumento de 5,6% ao ano. Destaca-se o crescimento do doutorado, que praticamente duplicou no período de 1996 a 2004.

O segmento público é responsável por 82% da oferta dos cursos de mestrado e por 90% dos cursos de doutorado. Por sua vez, segundo dados do INEP 2004, o segmento privado cresceu de forma expressiva na pós-graduação, passando de 87 cursos para 346, no mestrado, e de 44 para 96, no doutorado, no período de 1996 a 2004. O número de titulados no mestrado aumentou em 757% e o de doutorado em aproximadamente 932%, no período de 1987 a 2003. Percebe-se, portanto, que o crescimento se deu de forma expressiva e constante, nos últimos treze anos, tanto no mestrado quanto no doutorado.

Segundo a análise presente no IV PNPG, o aumento dos titulados em mestrado nas instituições particulares ocorreu, sobretudo, nas grandes áreas de Ciências da Saúde, Multidisciplinar e de Ensino, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes, ou seja, em áreas que requerem menores investimentos ou têm maior demanda no mercado de trabalho. Para além das observações ressaltadas no plano, constata-se que as particulares só

investem em áreas que venham a atender imediatamente ao mercado e não são necessariamente as áreas que a sociedade tem maior necessidade e carência.

Reconhece-se, no IV PNPG, que, ainda, são as instituições públicas que oferecem a maior parte dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (82% dos mestrados e 90% dos doutorados), mas se aponta o grande crescimento da esfera privada no setor, que passou de “[...] 87 cursos para 346 no mestrado e de 44 para 96 no doutorado, no período de 1996 a 2004 [...]” (BRASIL, 2004, p. 28). O crescimento da pós-graduação nas instituições privadas refletir-se-á na pressão para a regulamentação e implantação dos mestrados profissionalizantes – ao discorrer sobre o objetivo da educação dentro da perspectiva econômica do liberalismo clássico, seriam voltados para a *vida prática* ou para o *mundo dos negócios*.

Ainda no referido documento, há uma clara sinalização para um modelo flexível de organização curricular ressaltando que o Mestrado não constitui condição indispensável à inscrição no curso Doutorado. Destaca ainda que: “[...] ‘se trata de caracterizar esses cursos (Mestrado e Doutorado) em seus aspectos fundamentais, evitando se estabelecer padrões rígidos que viessem prejudicar a flexibilidade essencial a toda pós-graduação’ [...]” (BRASIL, 2004, p. 42).

Neste parágrafo do IV PNPG, observa-se a total flexibilização do sistema, até então, adotado na pós-graduação brasileira. Tal perspectiva, a nosso ver, mais prejudica que ajuda, efetivamente, à formação do pesquisador, que encontrava no Mestrado e nas disciplinas obrigatórias ao

Doutorado um momento de fundamental aprofundamento teórico e metodológico. Isto, por seu turno, viria cobrir as lacunas deixadas pela graduação – tão desigual e desnivelada – que vem sendo ministradas nas universidades de norte a sul do Brasil.

É importante verificar que, em todo o documento, a utilização das palavras eficiência e eficácia não deixam dúvida quanto à orientação ideológica que vai transformando também a pós-graduação em uma organização social, tal como a reforma do ensino superior que vem sendo implementado pelo MEC.

Outro ponto que merece ser avaliado é a possibilidade de pular etapas na formação, passando diretamente para o doutorado, sem ter tido a oportunidade de um maior aprofundamento em disciplinas sociais, filosóficas e econômicas, antes presentes na grade curricular dos mestrados acadêmicos. Para Siqueira (2006), o que se institui como flexibilidade é a entrada direta no doutorado, sem exigência do mestrado e com um caráter utilitário-productivista-imediatista.

Para melhor apreender esta lógica privatista e pragmática (que é alma e o corpo do IV PNPG e da reforma do ensino superior), a análise de Sader e Leher (2003) clareia essa mercadorização da educação. Segundo eles, o que está em curso com essas novas orientações e diretrizes ditas de fora, e na maioria das vezes direcionadas por organismos internacionais, pode ser caracterizado como política de *apartheid educacional planetário*.

Os acordos que estão sendo negociados, configurando uma nova geração de re-

formas neoliberais – mais especificamente nos tratados de livre comércio, por meio da Organização Mundial do Comércio (OMC) –, poderiam liberalizar os mercados no setor de serviços. Com a abertura do mercado educacional, por influência do Banco Mundial (BM) ou da OMC, cursos de graduação ou pós-graduação poderiam ser realizados via Internet, independentemente de fronteiras nacionais. Uma lógica mercantil e utilitarista vem invadir, de forma assustadora, todo o sistema escolar brasileiro.

Com aval do BM, da OMC e da Organização para a Educação, Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), tanto no governo Cardoso como no de Lula da Silva, os reitores-empresários, os meios de comunicação e o Banco Mundial lançaram intensa campanha em prol da adequação da universidade e da pós-graduação à realidade do mercado, e isso exigiria o aumento de sua produtividade, sua diferenciação institucional e a diversificação das fontes de financiamento.

Entre as formas de promover a eficiência, encaminham projetos de avaliação centralizada, atrelam o salário a indicadores de produtividade, tentam limitar o livre acesso e associar as verbas de pesquisa às necessidades empresariais. Tanto o anteprojeto de lei sobre a reforma da educação superior quanto o IV PNPG vêm legitimar e fortalecer essa lógica neoliberal em curso, de privatização e mercadorização da educação.

Esse Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010 reafirma várias diretrizes do governo Lula da Silva, como a da existência de parcerias público-privadas e a

ênfase no caráter privado e mercantil para a manutenção do que, por muitas gerações, foi tratado como direito público, como a educação, a produção do conhecimento e o acesso aos conhecimentos produzidos com recursos públicos.

Com isso, ressaltam Sader e Leher (2003), o que aparece aos olhos da sociedade, mediante generoso auxílio da mídia e da publicidade, como uma reforma inclusiva, pode se configurar como uma contra-reforma que irá debilitar, severamente, as universidades públicas e o sistema de pós-graduação “[...] capazes de produzir conhecimento novo, institucionalizando a heteronomia cultural e o aprofundando, sob o beneplácito do ordenamento jurídico, o dualismo entre cidadãos de primeira e de segunda categoria”.

Isso tanto na graduação flexibilizada quanto na pós-graduação profissional aligeirada, que, de certa forma, adaptam e adestram os técnicos da periferia do capital às suas necessidades de mais lucro, mais consumo, como estratégia de saída de crise para este capital.

A lógica e a pedagogia priorizadas no IV PNPG, iniciada pela CAPES em 1996, subvertem a prática do conhecimento, eliminando o seu processamento como construção dos objetos que são conhecidos. Torna-se mero produto e não mais processo, experiência de criatividade, de criticidade e de competência. Nesta nova pedagogia, o conhecimento é literalmente tecnizado, objetivado, adestrado e empacotado, feito uma mercadoria como outra qualquer.

A Universidade é peça importante na geração e difusão do conhecimento, além

de ter a função primordial de preparar cidadãos para a vida. O Brasil precisa de profissionais competentes e necessita mesmo de pesquisadores bem formados, capazes de pensar criticamente essas transformações em curso, para tentar construir reais alternativas, que não sejam rumo à barbárie social que vem colocando os países periféricos numa total submissão às leis do mercado e do capital financeiro mundial.

A pós-graduação numa perspectiva mercadológica

As atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovadora são hoje componentes fundamentais para uma presença atuante e autônoma como nação, e para a agregação de valor a produtos e processos, com reflexos diretos nas possibilidades de inserção competitiva no mercado mundial. Não por acaso, muitas nações se referem à Ciência e à Tecnologia como uma *questão de poder*, capaz de dividir o mundo entre os países produtores de conhecimentos e tecnologias e aqueles que, no máximo, conseguem copiá-las. Ciência e Tecnologia compõem dimensão estruturante do desenvolvimento nacional – alavanca crucial para que o país possa superar a sua forma subordinada de estar inserido no sistema internacional.

O IV PNPG, em vigor desde 2005, priorizou uma perspectiva mercadológica para a formação acadêmica e profissional, ao buscar esta aproximação com o setor produtivo sem critérios definidos entre o público e o privado, atrelando as mesmas ao mercado, se distanciando da

formação mais sólida até então desenvolvida no Brasil.

Mesmo com todo apoio para universidades e, principalmente, para o setor privado investirem em pesquisa tecnológica, muito pouco é desenvolvido nas empresas, que preferem adquirir tecnologia pronta, de fora. Porém, constata-se que algum esforço tem sido feito nas IFES, que conseguiram ter uma boa presença no mundo, pelo menos com o desenvolvimento de pesquisa básica. Segundo o documento do IV PNPG, em trinta anos o número de trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros aumentou exponencialmente de 0,3% para quase 2% de todo o conhecimento mundial. Dentre as quinze universidades com maior produção científica no momento, onze cresceram mais de 200% em relação há dez anos.

Esses indicadores mostram que, a despeito das políticas que tentam subordinar a universidade ao utilitarismo e ao pragmatismo, a sua vitalidade reside justamente nos domínios em que o fazer acadêmico é mais condizente com a função social de produzir e socializar conhecimento científico e tecnológico do que com a função de ser *locus* da pesquisa e desenvolvimento a reboque do mercado (a chamada inovação tecnológica). Leher (2007) ressalta, criticando o IV PNPG, que:

Mais do que o crescimento das citações internacionais, um indicador em vários sentidos; frágil e controvertido, como explicar uma universidade tida como anacrônica, isolacionista, quase única no mundo pelo seu ecletismo, tem permitido

um diálogo tão intenso com grupos de pesquisa estrangeiros de prestigiosas instituições e a realização de doutorados sanduíches e dos pós-doutoramentos exitosos? Se o sistema fosse tão anacrônico e descolado do que existe nos países centrais, como esses diálogos aconteceriam de modo tão intenso? (LEHER, 2007, p. 5).

A lógica não poderia ser mais instrumental: como o futuro do trabalho será precário para a grande maioria, é preciso *ajustar* as universidades públicas criadas em um contexto de Estado de bem-estar social para o áspero mundo do trabalho flexível e desregulamentado, por isso os ciclos. Afinal, se há um posicionamento de fazer as cópias, continuando dependentes e subordinados, e a muito poucos serão demandados trabalhos complexos (que demandam uma formação mais sólida), à grande maioria caberá o trabalho simples, que demanda uma formação branda de adestramento, para executar atividades, mais que pensá-las e planejá-las.

Nas reformas educacionais em curso, estão sendo reeditados os pressupostos da teoria do capital humano, considerando o ponto de vista do capital. Portanto, a formação acadêmica e profissional, no capitalismo monopolista de ontem e de hoje tem por finalidade a preparação de especialistas que possam aumentar a produtividade do trabalho sob sua direção e, simultaneamente, a formação de intelectuais orgânicos da sociabilidade capitalista. A postura ideológica presente no IV PNPG orienta neste sentido.

Fica claro que o *velho* modelo universitário direcionado para o trabalho comple-

xo, mais exigente, vai sendo estruturado para uma formação mais aligeirada. No caso brasileiro, uma consequência destas mudanças será tentar transformar universidades federais, estaduais e municipais em *escolões*, em detrimento da pesquisa acadêmica, tendo em vista que, para cumprir o contrato de gestão, a maior fatia do corpo docente terá de se empenhar em atender a um número enorme de estudantes, tanto na graduação como na pós-graduação, priorizando essa formação aligeirada, institucionalizando, ainda mais, o afastamento do modelo *humboldtiano* de universidade como instituição de ensino e pesquisa, capaz de garantir uma formação mais ampla.

Mesmo que o Brasil tenha conseguido um crescimento no número de publicações, se comparado a períodos anteriores, observa-se que ainda há muito a fazer e a alcançar. Com os dados do INEP de investimentos desde a década de 1990, na pós-graduação, este quadro não poderia ser diferente. Será que, mesmo dentro deste crescimento pequeno, esta-

mos produzindo conhecimentos novos e competitivos, que possam ser úteis, de fato, à população brasileira como um todo, ou apenas respondendo a *nichos* fragmentados de mercado, com cópias e/ou conhecimentos adequados ao crescimento do grande capital? A *fabulosa* participação dos brasileiros nas fábricas de celulares, por meio das quais importamos tecnologia toda de fora, e nos contentamos em produzir a caixa-estojo para os aparelhos, já indica que não se está muito longe, em termos de inovação de fato.

Constatamos, após esta análise, que o Brasil está andando para trás, sendo uma mera plataforma de valorização dos países centrais do capitalismo mundial. E, nesse processo, a universidade cresce para menos, com menos pesquisa, menos inserção social e ficando, quase sempre, atendendo demandas do mercado. Os dados da tabela a seguir, tirados do documento do IV PNPG, mostram essa participação, ainda muita restrita, se comparada à América Latina e ao mundo.

Tabela 1

Trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional
 Comparação Brasil, América Latina e Mundo – 1981-2003

Ano	Brasil (A)	América Latina (B)	Mundo (C)	% (A)/(B)	% (A)/(C)
1981	1.923	5.789	454.021	33,2	0,42
1982	2.220	6.353	466.671	34,9	0,48
1983	2.256	6.638	475.611	34,0	0,47
1984	2.329	6.670	475.199	34,9	0,49
1985	2.360	7.098	508.604	33,2	0,46
1986	2.521	7.640	528.017	33,0	0,48
1987	2.565	7.979	524.805	32,1	0,49
1988	2.815	8.243	545.167	34,2	0,52
1989	3.142	9.033	565.114	34,8	0,56
1990	3.597	9.833	579.640	36,6	0,62
1991	3.935	10.321	594.696	38,1	0,66
1992	4.650	11.633	631.287	40,0	0,74
1993	4.461	11.764	623.176	37,9	0,72
1994	4.857	12.872	658.428	37,7	0,74
1995	5.482	14.433	688.228	38,0	0,80
1996	6.008	15.868	698.193	37,9	0,86
1997	6.712	17.626	703.804	38,1	0,95
1998	8.037	19.657	729.574	40,9	1,10
1999	9.052	21.841	743.229	41,4	1,22
2000	9.676	22.979	742.207	42,1	1,30
2001	10.686	24.877	759.834	43,0	1,41
2002	11.423	26.200	756.129	43,6	1,51
2003	12.627	28.428	813.233	44,4	1,55

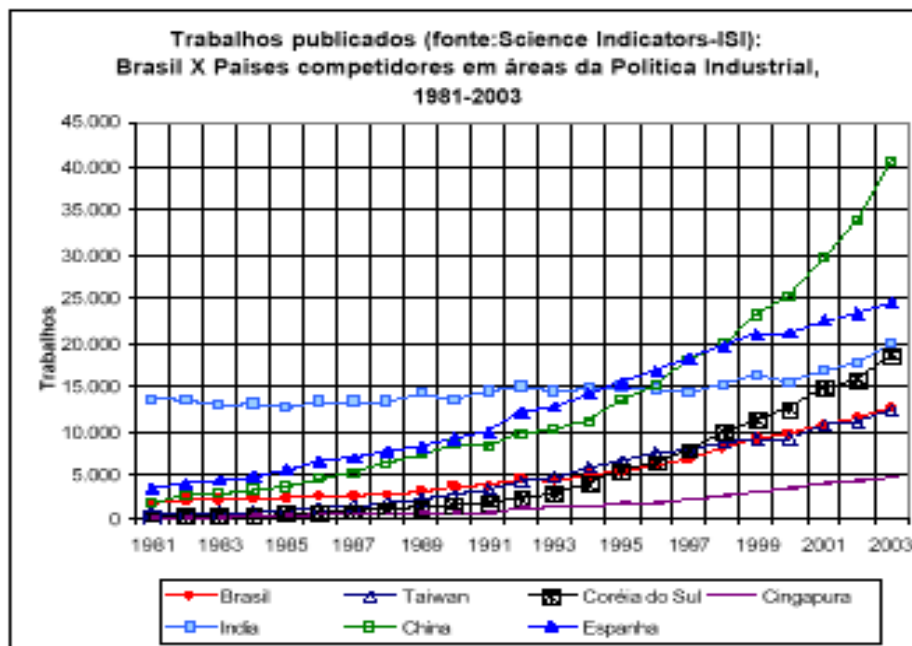
Fonte: Science Indicators 2003. ISI - Philadelphia, USA.

Fonte: (Science Indicators 2003 apud BRASIL, 2004, p. 40)

Em análise ao IV PNPG, constatamos que este – ao tratar de inovação tecnológica e comparação com outros países (em desenvolvimento ou mesmo emergentes) – não prioriza a pesquisa como eixo central e como instrumento importante para sinalizar a inserção do Brasil, numa perspectiva diferente da subordinada e dependente com a qual vem operando.

Nesse Plano, a falta de priorização da pesquisa científica configura-se numa grande lacuna. Nele, não se constata a preocupação com a produção do conhecimento novo, inovador, ou seja, aquele que só é possível de se desenvolver mediante pesquisa básica, desinteressada, e não por meio de pesquisas de inovação tecnológica subordinadas ao mercado.

Figura 1



IV PNPG 2005 a 2010 MEC Brasília

Quanto à relevância social, não estão previstas na reforma universitária nem no IV PNPG pesquisas e estratégias que se preocupem em melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Caberia às universidades públicas e ao Estado a realização de um levantamento referente às necessidades do seu país, no plano do conhecimento e das técnicas, bem como estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. Mesmo tendo uma alocação maior de recursos por parte da União para a pesquisa tecnológica no Brasil, como veremos no gráfico a seguir, não temos tido resultados significativos do retorno de investimento para a população brasileira como um todo, mas sim para nichos do mercado internacional.

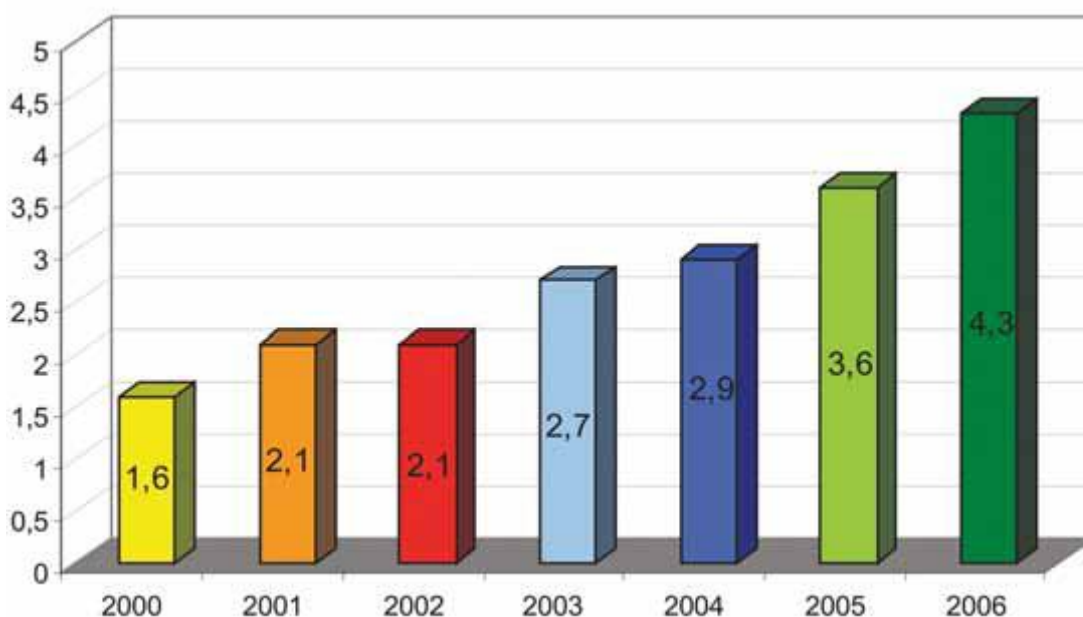
Segundo dados do MCT, em que pese às restrições financeiras conhecidas, o investimento total do Governo Federal em ciência, tecnologia e inovação (incluindo os ministérios, as empresas estatais e as instituições vinculadas) alcançou R\$ 15 bilhões, em 2006, contra R\$ 9,5 bilhões, em 2002, o que representa um crescimento de quase 48%. Estima-se que os investimentos nacionais em C,T&I nos setores público e privado atingiram, em 2005, o patamar de 1,28% do PIB, o qual, embora significativo, ainda encontra-se distante da meta de 2% do PIB, perseguida há décadas.

Contudo, verifica-se um aumento significativo do número de recursos alocados que não trouxeram os resultados esperados. Em 2003, a execução orçamentária do MCT alcançou R\$ 2,6 bilhões, evoluindo para R\$ 2,9 bilhões, em 2004, o que corresponde a um crescimento de 11,54%. Em 2005, a execução alcançou R\$

3,6 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 22% sobre 2004. Em 2006, o orçamento aprovado para o Ministério foi de R\$ 4,3 bilhões, com expressiva contribuição do Congresso Nacional, que aportou emendas no valor total de R\$ 423,8 milhões. O Projeto de Lei Orçamentária para os gastos na área de ciência e

tecnologia, para 2007, encaminhado no dia 31 de agosto para a apreciação do Congresso Nacional, foi da ordem de R\$ 4,3 bilhões em recursos livres, sendo R\$ 888,8 milhões para pessoal, R\$ 84,6 milhões para pagamento da dívida, R\$ 2,4 bilhões para custeio e R\$ 881,6 milhões para capital.

Figura 2 - Execução Orçamentária do MCT 2000-2006



Fonte: MCT 2003-2006

Obs.: orçamento global do MCT (pessoal, dívidas, outros custeios e capital em valores constantes)

As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais poderiam ser de grande valia para que a sociedade orientasse os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo em que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderia oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Em outras palavras: orientando novos rumos das pesquisas nesta perspectiva democrática e emancipatória, vinculada a um projeto nacional de desenvolvimento com ampla participa-

ção popular, não só na produção, mas também na distribuição da riqueza.

É necessário ressaltar que a reforma universitária em curso e o IV PNPG silenciaram sobre a necessidade deste projeto *Nacional Popular de Desenvolvimento*, e por isso a ênfase na inovação tecnológica e não na pesquisa básica; equivale a dar continuidade à postura dependente e subordinada do Brasil no campo da ciência e tecnologia, privilegiando as cópias e não a criação de novas tecnologias, produtos que tenham como meta melhorar a sociedade para todos os cidadãos e não

só para os que podem adquirir serviços e mercadorias.

Uma real valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim, intermediados por agências nacionais de incentivo à pesquisa. A avaliação dos projetos, para concessão de financiamento, e a avaliação dos resultados devem ser feitas por comissões democraticamente escolhidas pelas comunidades universitárias, em consonância com a definição de um programa nacional de pesquisas, definido pelo conjunto das universidades após o levantamento das necessidades, interesses e inovações das pesquisas para o país. Nesse sentido, esta universidade inovadora e socialmente comprometida não é só necessária como fundamental, mas deve, sobretudo, prestar contas publicamente de suas atividades de investigação à sociedade.

O Brasil tem mostrado avanços em certas áreas da ciência, conforme publicados no IV PNPG dados sobre o aumento do número de artigos científicos publicados em revistas estrangeiras. Os critérios de valorização à produtividade acadêmica marcam também uma cultura de subordinação. De valorização exacerbada a tudo que vem de fora. Não vemos em nenhum lugar do mundo critérios de maior peso a publicações de cientistas, em revistas e livros editados e publicados fora de seu país de origem. A CAPES, na estratégia quantitativa de produtividade, tem este critério em relevo, o que demonstra essa subordinação.

Sem um investimento expressivo em educação, não se conseguirá dar anda-

mento à política de ciência e tecnologia que começara engatinhar a passos lentos, no Brasil. Realmente, só mudando esta política de exportação e relações internacionais de forma consistente e séria é que será possível romper com a dupla articulação e investir pesado em ciência e tecnologia de ponta para exportarmos produtos de alto valor agregado, manufaturado, e não mais matérias-primas, como grãos e minério de ferro, que enriquecem os outros.

Temos que ressaltar aqui as contradições presentes em nossos dois Brasis. Um deles é produtor auto-suficiente de petróleo, líder mundial em tecnologia para exploração desse mineral em águas profundas, exportador de aviões, detentor de alta produtividade na agricultura. O outro é um país cuja maioria do povo tem acesso restrito à saúde, alimentação, educação e moradia, e, mais ainda, responde por altos índices de violência e criminalidade. No Brasil, o atraso é instrumento de poder, pois é mais fácil dominar massas ignorantes do que formadoras de opinião. O conhecimento é a ferramenta fundamental de que o homem necessita para dar referências consistentes à condução de sua existência histórica.

Os rumos da pós-graduação no Brasil e os desafios para o Serviço Social

A reestruturação da educação superior sob a dominância da esfera financeira perpassa a sociedade como um todo, desestruturando e desqualificando a formação profissional dos técnicos e dos pesquisadores. Este processo traz uma ruptura do financiamento do setor públi-

co, além de vir produzindo mudanças na pós-graduação, mudando o *ethos* acadêmico e destruindo princípios caros à Universidade Pública Brasileira.

O Plano Nacional para a Pós-Graduação (2005 a 2010) direciona este nível da educação superior para a lógica mercantilista priorizando investimento em pesquisas na área de inovação tecnológica, buscando estreitar os laços da pós-graduação com o setor produtivo.

Os pressupostos centrais do IV PNPG são: esvaziar a Universidade (em particular, a pós-graduação) de sua função central que é a de produzir novos conhecimentos através da pesquisa; estimular formações específicas e rápidas em detrimento de formações generalistas, densas e críticas; priorizar a quantidade em detrimento da qualidade; e estimular a avaliação como mecanismo de competitividade.

O sistema de avaliação que vem sendo implementado na graduação e na pós-graduação é um ponto crucial do produtivismo posto em execução pelo MEC, tanto na graduação como na pós-graduação. A comunidade acadêmica, junto ao mestrado profissional, vem sendo encurralada nesta lógica produtivista. Neste mestrado, a avaliação será totalmente diferente: incluirá o desempenho acadêmico, abrindo, porém, um leque de possibilidades.

Constata-se essa defesa na entrevista do presidente da CAPES, Sr. Jorge Guimarães, ao Jornal O Globo: “Vai entrar uma série de outros indicadores de desempenho. Tem que ter um trabalho final, só que o trabalho não precisa ser a tese clás-

sica. Pode ser uma patente, uma consultoria, um conjunto de artigos na imprensa” (setembro de 2009). Os critérios para avaliação priorizados para avaliação dos cursos de pós-graduação dão mais importância à lógica produtivista e privatista. Não melhoram a qualidade acadêmica e não dão o necessário suporte teórico e empírico para que os alunos tornem-se pesquisadores.

Os cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social, ao buscarem formas de interpretar e de intervir na *questão social* (que, por sua vez, tem sido agudizada com a dominância da esfera financeira no capitalismo atual), vêm tentando construir junto a outros atores uma luta contra a mercadorização da educação.

A mundialização financeira, sob a hegemonia das finanças, tem ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, além de vir redefinindo as mesmas à luz de uma ótica neoliberal, com diretrizes de focalização, descentralização e desfinanciamento que trazem uma regressão aos direitos da classe trabalhadora, rompendo com a perspectiva universalista que o projeto ético-político da profissão de Serviço Social vem defendendo arduamente.

Esta direção ideológica conservadora vem sendo reeditada no âmbito do Serviço Social, apresentando como desdobramento a dilatação no ensino privado em detrimento do ensino e pesquisa no setor público.

Conforme já vêm denunciando, desde o final da década de 1990, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

Social (ABEPSS,) Conselho Feral de Serviço Social (CFESS) e Entidade Nacional dos Estudantes de serviço Social (ENESSO): o ensino e a pesquisa científica tendem a ser reduzidos a treinamento, à transmissão de conhecimentos e ao adestramento que marcam o ensino pasteurizado, fragmentado e parcializado, como sugerem os organismos internacionais para os países de capitalismo dependente.

Assim, como resultado final desta política, temos a dilatação da esfera privada em detrimento da pública, que coloca a educação como outra mercadoria qualquer, sem a perspectiva de direitos, tão cara ao Serviço Social.

Crescimento do ensino privado na graduação de Serviço Social

Segundo a base do MEC/ INEP, de 2007, para a área de Serviço Social, existem no Brasil: 253 cursos de Serviço Social inscritos nas instituições de ensino superior (IES), das quais 207 são privadas e 46 são públicas. O ensino superior de Serviço Social, presencial e a distância soma um total de 32.823 vagas no país. Das 32.823 vagas informadas, 84% destas (isto é, 27.465 vagas) são oferecidas por instituições privadas e apenas 16% (ou seja, 5.358 vagas) são oferecidas por instituições públicas.

Nota-se um crescimento exorbitante no ensino privado de Serviço Social, principalmente nos últimos anos, o que deve nos preocupar. Este crescimento exponencial de vagas tem forte estímulo dos cursos de graduação a distância, autorizados pelo MEC – situação esta que pode

gerar um alto índice de desemprego, já a partir de 2010.

Na graduação, com apenas dois anos de funcionamento, o EAD já é responsável por 30% das vagas de Serviço Social ofertadas no País. Se este ritmo de crescimento se mantiver, em 2010, só o ensino de educação a distância lançará no mercado um contingente de 10 mil profissionais; o que irá trazer sérias implicações para o exercício profissional, para as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais.

Desde o IV PNPG, já se fala em pós-graduação a distância. Não se trata de recusar a tecnologia do ensino a distância; mas sim de compreendê-la no conjunto das diretrizes norteadoras da reforma universitária capitaneada pela lógica de lucratividade, trazendo perda à formação acadêmica do profissional de Serviço Social.

Para podermos avançar nos caminhos de que necessitamos construir ou refundar, depois dos estragos da onda privatista e neoliberal na pesquisa científica no seio da universidade pública, vamos traçar um rápido diagnóstico de como a Pesquisa vem se desenvolvendo na Pós-graduação de Serviço Social.

Segundo os dados da CAPES (2007), no Brasil, temos: 9 cursos de doutorado em Serviço Social e 24 cursos de Mestrado Acadêmico (a maioria em Integrated Enterprise System (IES) públicas), seguidos de universidades católicas e apenas 1 em universidade privada empresarial. A natureza dos 24 programas de pós-graduação da área de Serviço Social é a seguinte: 15 em Serviço Social, 5 em polí-

tica social, 1 em política social e Serviço Social, 1 em Políticas Sociais e Cidadania e 2 em políticas públicas.

Comparando com dados de 2003, da própria Capes, a área registra um crescimento de 8 cursos de mestrado e 1 de doutorado, sendo a grade maioria nas IES públicas, indicando, assim, uma tendência inversa da graduação, que se expande na IES privadas.

Constata-se que a área de Serviço Social encontra-se em crescimento e descentralização, com áreas diversificadas e uma amplitude temática. Essa amplitude temática é um privilégio da categoria, socialmente convocada a atuar nas múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e nas políticas públicas que os materializam – um aumento na produção intelectual e a tendência de expansão e fortalecimento dos grupos/ núcleos de pesquisa.

É isto que neste evento se pretende debater – e estreitar laços para crescer ainda mais. A maioria dos programas já dispõe de veículos de divulgação da produção científica tanto *online* quanto impressos (revistas e cadernos).

O viés pós-moderno de fragmentação dos fenômenos sociais

Existem movimentos contraditórios que emergem na universidade como um todo e perpassam os cursos de Serviço Social tratando os fenômenos sociais de forma fragmentada; eles operam as políticas no atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos – idosos, crianças e adolescentes, entre outros, trazendo um viés pós-moderno,

focalizado e pontual. E, assim, podem legitimar as desigualdades sociais que tentam mistificar as múltiplas determinações da questão social, nesta fase de expansão capitalista sob a dominância da esfera financeira. Nesse sentido, acreditamos que a influência do pensamento pós-moderno vem tendo essa função política de legitimação das desigualdades sociais, ao tentar naturalizar as expressões da mesma. Diante de tais considerações, entremos nos fundamentos da pós-modernidade para clarear este ponto.

Nestes tempos, que alguns batizaram de pós-modernos, não haveria história, e, sim, histórias *de* e *para* determinados grupos definidos por dadas posições – constituindo estes *lugares de onde se fala* –, o que significa que, ao escrever, um historiador se dirige a um desses grupos; aquele que partilhe com ele as premissas que constroem seu discurso.

Segundo Cardoso (2001), existiria, então, uma história das mulheres, uma história dos negros, uma história dos homossexuais, em relação a Chipre, uma história grega e outra turca. Isto supõe uma sociedade fragmentada em subculturas, numa ausência de horizontes políticos, coletivos, bem como da possibilidade de qualquer tipo de mobilização global. Alguns pós-modernos falam da morte da história, na morte das ideologias, após ter ela proclamado *a morte do homem* como sujeito e, ao mesmo tempo, objeto de um saber legítimo que tivesse um sentido mais geral do que o que possa configurar-se nas numerosas *comunidades interpretativas* de uma sociedade irrecuperavelmente fragmentada.

É neste território perigoso que, na sociedade atual, algumas interpretações de práticas do Serviço Social vêm caindo, quando trata de grupos conforme gênero, etnia e raças.

Cardoso (2001) se coloca contrário a esta perspectiva e afirma estar de acordo com o pensamento de Hobsbawm (1995): “[...] uma história destinada unicamente aos judeus (ou aos afro-americanos, ou aos gregos, ou às mulheres, ou aos proletários, ou aos homossexuais) não pode ser boa história, embora possa ser uma história consoladora para os que a praticam [...]”. Nosso apoio à opinião de Hobsbawm (1995) significa que não participamos da epistemologia em moda atualmente, que do realismo do objeto passou a um anti-realismo que se disfarça como *realismo simbólico*, pois o abandono dos grandes objetos em favor de uma história de migalhas tem a ver exatamente com o abandono do realismo epistemológico.

A tradição pós-moderna é discursiva, não é material, privilegia a margem e não a estrutura na análise dos fenômenos, como também privilegia a representação em vez do conceito. Na realidade, a margem e a representação, são a verdade do sujeito. Esta análise leva os pós-modernos a caírem no subjetivismo, onde a realidade não existe – só existe a interpretação dos fatos.

Neste sentido, podemos denominar como categorias de análise pós-modernas: a fragmentação, a fluidez e a negação da história, a persistência de colocar os indivíduos sem passado ou raízes. Essas características (ou categorias) tão presentes neste movimento pós-moderno nos

levam a analisar a pós-modernidade, em foco, como funcional à nova produção flexível do capital, bem como uma estratégia de tentar driblar a crise do capitalismo mundial atual.

A armadilha colocada pelo capital, ao focalizar os segmentos (criança, adolescente e idoso) em si mesmos (fragmentando-os e isolando-os), dificulta a compreensão dos mesmos dentro da perspectiva de totalidade social e oculta as relações sociais que os constituem – indo, por seus aspectos, na contramão da perspectiva de totalidade social, que é a categoria teórica necessária para romper com análises pontuais e fragmentadas dos fenômenos sociais.

O pensamento social crítico brasileiro sobre a interpretação do Brasil necessita ser visitado e apropriado para podermos então pensar as particularidades dos processos sociais, que fazem com que nossa inserção – dependente e subordinada à configuração da expansão do capital – seja deixada para trás. As obras de Florestan Fernandes, Celso Furtado, Caio Prado Junior, Octávio Ianni, Rui Marine, entre tantos outros, precisam ser conhecidas e aprofundadas tanto na graduação quanto na pós-graduação de Serviço Social.

Para que seja possível conhecer e compreender melhor a história do Brasil, é necessário realizar este esforço investigativo, pois as estruturas de dominação e subordinação não se revelam de forma clara e imediata nessas relações. Só assim, poderemos desmistificar as relações de poder que estão por detrás da trajetória de rupturas e subserviência do Brasil ao centro do capital.

Romper com visão endógena do Serviço Social

Mesmo que se tenha conseguido ultrapassar a visão endógena da profissão, e dar alguns passos na apropriação teórico-metodológica das grandes matrizes do pensamento social, tais conquistas não foram integralmente totalizadas no dia-a-dia dos profissionais de Serviço Social.

Para que isso aconteça, é necessário apreender o trabalho profissional, seja ele docente, de pesquisa ou de assistente social nas suas múltiplas determinações e relações no cenário de mundialização do capital, sendo este um grande desafio para a graduação, para a pós-graduação, enfim, para o Serviço Social.

Só indo à raiz, de fato, conseguiremos romper com posturas conservadoras e mistificadoras que tentam corroer por dentro a profissão de Serviço Social – e, mais ainda, para que a profissão possa se comprometer com a radical democratização, no horizonte da emancipação humana. Vamos a Marx, que nos alerta que: “ser radical é tomar as coisas pela raiz, e a raiz, para o homem.”

Considerações finais

As políticas de reformulação da educação superior no Brasil, no contexto do ajuste estrutural e da reforma do Estado, objetivaram a redefinição das políticas de graduação e pós-graduação e vêm privatizando por dentro a Universidade Pública Brasileira, na perspectiva do capitalismo dependente que marca o Brasil.

A reforma da pós-graduação, por meio do IV PNPG, parece mais orientada a melhorar índices sobre a realidade acadêmica, do que a realidade acadêmica propriamente dita. Constatamos uma transferência de recursos do setor público para o setor privado, sem ter resultados qualitativos, sem gestão e sem critérios transparentes que norteariam sua alocação.

Ademais, pode-se dizer que as ações priorizadas na Reforma Universitária e no IV PNPG: superenfatizam a dimensão do ensino em detrimento da pesquisa; rompem com o tripé ensino, pesquisa e extensão; aligeiram os cursos sem priorizar a pesquisa inovadora, não alocam os recursos necessários à expansão do ensino superior público; aumentam recursos para a pesquisa nas áreas de Inovação Tecnológica. Enfim, desresponsabilizam o Estado do cumprimento do seu dever para com a Educação.

Verifica-se a submissão das políticas de ciência e tecnologia e das de educação em geral, ao mercado, mediante o aprofundamento da heteronímia cultural nas instituições de pesquisa e ensino.

O maior desafio para a pós-graduação brasileira é o de resgatar seu papel social, ajudando a reconstruir a nação e se concentrar na produção de conhecimento novo. Esta pesquisa nos abre a necessidade de verificar quais áreas – sejam das ciências sociais ou de outras áreas – podem de fato ajudar nesta reinvenção da Nação.

Os pesquisadores em Serviço Social defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interes-

ses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional. Os esforços se direcionam para preservar, na pós-graduação em Serviço Social, uma qualificação acadêmica e profissional de alta competência para além das exigências do capital e do mercado.

Esta crise estrutural do capital vem confirmar que a doutrina neoliberal é uma grande farsa enquanto sustentabilidade e dominância do capitalismo no regime mundial, fazendo com que a conclamação de Hobsbawm (1992), sobre a necessidade de se renascer das cinzas, tome um sentido maior.

A universidade e a empresa devem ser regidas por valores próprios e distintos. Se a universidade tem um papel a cumprir no desenvolvimento do país, este papel não pode estar desvinculado do seu papel social de construir conhecimento novo, que ajude a desenvolver o país de forma sustentável e autônoma, buscando reconstruir a nação-Brasil para o povo que aqui vive e trabalha.

A universidade tem crescido para menos – tanto na graduação como na pós-graduação – e, com isso, precisamos admitir que estamos andando para trás. Nesse contexto, a concepção de uma Universidade vinculada a um projeto de nação, produtora de ciência e tecnologia, e de um *consenso* da consciência, como aponta Oliveira (2005), de que não somos um amontoado de consumidores, não só é necessária, como fundamental.

Referências

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: out. 2004.

BRASIL. **Anteprojeto de lei da educação superior**. Brasília: Ministério da Educação, 29 jul. 2005b. Disponível em: <<http://www/mec.gov.br/reforma/documentos>>. Acesso em: jan. 2006.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005 – 2010**. Brasília, 2004. Disponível em : <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf>. Acesso em: jan. 2006.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira – livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Academia Brasileira de Ciências, 2001.

_____. **Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília, 2002.

_____. **Plano de gestão - 2003 a 2006**. Brasília.

CARDOSO, Ciro. F. **Ensaio racionalistas: epistemologia pós-moderna**. Rio de Janeiro: UFF Campus, 1988.

- CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **A mundialização financeira.** São Paulo: Xamã, 1999.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Reeditado em 1981.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista.** São Paulo: Cortez, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEHER, Roberto. **Considerações sobre o projeto de lei da educação superior.** Versão de 6 dez. 2004. (mimeo)
- LEHER, Roberto; SADER, Emir. **Público, estatal e privado na reforma universitária.** Rio de Janeiro: LPP/ Clacso/UERJ, 2004.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. **Curso sobre a Obra de Marx.** Rio de Janeiro, 2008. Palestra ministrada na UERJ.
- OLIVEIRA, F. de; RIZEK, Cibele Saliba (Org.). **A Era da Indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 1997.
- _____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional.** Campinas: Autores Associados, 1998.
- SIQUEIRA, Angela Carvalho de. Censo do ensino superior 98: uma breve análise da questão do público e do privado. **Avaliação**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 61-66, jun. 2009.